



CEA II - Centrais Eólicas Assuruá II
SPE S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas de 2021

Índice

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	8
2.	BASE DE PREPARAÇÃO	8
3.	GESTÃO DE RISCOS.....	10
4.	CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS.....	13
5.	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	13
6.	OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	14
7.	INVESTIMENTOS	15
8.	IMOBILIZADO	15
9.	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	16
10.	FORNECEDORES	18
11.	OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES.....	19
12.	PARTES RELACIONADAS	19
13.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
14.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	20
15.	CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	21
16.	DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS.....	21
17.	RESULTADO FINANCEIRO.....	21
18.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	22
	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	22

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	312	379	55.125	35.919
Clientes	5	-	-	48.529	31.462
Dividendos a receber	12	16.772	7.745	-	-
Outros créditos	6	521	579	21.792	8.668
		17.605	8.703	125.446	76.049
Não circulante					
Caixa restrito	4	-	-	36.066	32.955
Clientes	5	-	-	15.710	26.192
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	652	-
Outros créditos	6	12.163	13.063	82	449
		12.163	13.063	52.510	59.596
Investimentos	7	509.542	486.447	-	-
Imobilizado	8	-	7.223	1.021.207	1.064.623
Intangível	-	-	-	498	667
		509.542	493.670	1.021.705	1.065.290
		521.705	506.733	1.074.215	1.124.886
Total do ativo		539.310	515.436	1.199.661	1.200.935

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	10	-	9	6.002	858
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	15.089	14.764	50.085	48.943
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	-	4.674	3.435
Outras obrigações	11	17.830	15.303	10.888	10.117
		32.919	30.076	71.649	63.353
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	146.916	132.794	786.397	804.824
Fornecedores	10	-	-	1.428	1.042
IRPJ e CSLL diferidos passivos	-	-	-	845	82
Outras obrigações	11	22.697	23.475	2.564	2.543
		169.613	156.269	791.234	808.491
Total do passivo		202.532	186.345	862.883	871.844
Patrimônio líquido					
Capital social	13	343.193	343.193	343.193	343.193
Prejuízos acumulados		(6.415)	(14.102)	(6.415)	(14.102)
Total do patrimônio líquido		336.778	329.091	336.778	329.091
Total do passivo e patrimônio líquido		539.310	515.436	1.199.661	1.200.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de resultados do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	14	-	-	196.197	170.469
Custos da operação, conservação e compras	15	-	-	(88.032)	(75.558)
Lucro bruto		-	-	108.165	94.911
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	16	(4)	(39)	(9.176)	(6.685)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(4)	-	1.688	2.499
Resultado de equivalência patrimonial	7	38.558	23.253	-	-
		38.550	23.214	(7.488)	(4.186)
Resultado operacional		38.550	23.214	100.677	90.725
Receitas financeiras	17	516	362	2.967	1.598
Despesas financeiras	17	(31.375)	(22.340)	(87.894)	(83.420)
		(30.859)	(21.978)	(84.927)	(81.822)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		7.691	1.236	15.750	8.903
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(8.059)	(7.667)
Lucro líquido do exercício		7.691	1.236	7.691	1.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) do período	7.691	1.236	7.691	1.236
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	7.691	1.236	7.691	1.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	343.193	(15.342)	327.851
Transações com acionistas			
Lucro líquido do exercício	-	1.236	1.236
Saldo em 31 de dezembro de 2020	343.193	(14.106)	329.087
Transações com acionistas			
Lucro líquido do exercício	-	7.691	7.691
Saldos em 31 de dezembro de 2021	343.193	(6.4115)	336.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.691	1.236	15.750	8.903
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	48.040	46.939
Resultado de equivalência patrimonial	(38.558)	(23.253)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	27.193	17.195	77.327	70.075
Receita financeira de aplicações financeiras	-	-	(3.015)	(1.614)
Baixa de ativo imobilizado	7.223	-	7.369	-
Amortização custo de captação	981	1.553	981	1.553
	4.530	(3.269)	146.452	125.856
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	(6.585)	(3.527)
Outros créditos	958	(435)	(12.757)	(3.797)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(9)	-	5.530	(364)
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(9)	1.239	(5.119)
Outras contas a pagar	1.743	3.633	789	4.968
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	7.222	(80)	134.668	118.017
Dividendos recebidos				
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(11.290)	(10.892)	(61.334)	(64.162)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(7.948)	(7.667)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(4.068)	(10.972)	65.386	46.188
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(11.825)	(1.463)
Integralização de capital em controladas	(7.223)	-	-	-
Redução de capital em controladas	13.660	17.155	-	-
Aplicações financeiras – caixa restrito	-	-	(96)	(983)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	6.437	17.155	(11.921)	(2.446)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal - empréstimos e financiamentos	(2.437)	(6.320)	(34.259)	(35.851)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	(2.437)	(6.320)	(34.259)	(35.851)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(67)	(137)	19.206	7.891
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	379	516	35.919	28.028
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	312	379	55.125	35.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CEA II - Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “CEA II”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em Belo Horizonte (MG), na Avenida Barbacena, no. 472, 4º. Andar, Sala 406. Em 1º. de junho de 2019 a CEA II passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração S.A. (“Omega”), por meio de aquisição de 100% das ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Omega no âmbito de um contrato de compra e venda de ações do Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura Energias Renováveis (“FIP IEER”) celebrado em 5 de junho de 2019.

Fundada em 2015, a CEA II é uma companhia que detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A CEA II e suas controladas diretas (“CEA II” ou “Companhia”) operam 10 empreendimentos, denominados complexo Assuruá (“UGC Assuruá”), com capacidade total instalada para geração de 235 MW de energia renovável (não auditado), localizados no estado da Bahia.

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A CEA II opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e

Efeito do Novo Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus (“Covid-19”) e não foi observado até a data da apresentação destas Demonstrações financeiras nenhum impacto relevante em suas atividades, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos dessa pandemia. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades conforme determina o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus eventuais impactos financeiros.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 31 de março de 2022, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2021	2020
Parque Eólico Assuruá III S.A. ("PEA III")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Assuruá IV S.A. ("PEA IV")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras I S.A. ("PEL I")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras II S.A. ("PEL II")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Laranjeiras V S.A. ("PEL V")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Capoeiras III S.A. ("PEC III")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Curral de Pedras I S.A. ("PECP I")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Curral de Pedras II S.A. ("PECP II")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Diamante II S.A. ("PED II")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%
Parque Eólico Diamante III S.A. ("PED III")	Bahia Geração de energia eólica	UGC Assuruá 3	100%	100%

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e joint venture são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Companhia, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Companhia, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a sazonalidade das receitas;
- **Riscos de Mercado:** relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Companhia e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e

avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças (“PLD”) (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo). Um dos oito parques que compõem a UGC CEA II não está sujeita a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um *hedge* natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Companhia comercializa energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontração de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias

financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.125	35.919
Clientes	5	64.239	57.654
Caixa restrito	4	36.066	32.955
Total		155.430	126.528

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e Debêntures emitidas, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados na Nota 9.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, a Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 9.5.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$1,2 milhões. A CEA II acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nosso auditor independente.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Banco	100	149	26.943	17.943
Aplicações financeiras de liquidez imediata	212	230	28.182	17.976
Caixa e equivalentes de caixa	312	379	55.125	35.919
Aplicações financeiras - Caixa restrito	-	-	36.066	32.955
Total	312	379	91.191	68.874

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 9.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuada pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, esta matriz é revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 14.

	Consolidado	
	2021	2020
Excedente contratos regulados	44.301	26.192
Contratos LER	16.135	14.895
MCP - Câmara de Comercialização de Energia "CCEE"	3.803	16.512
Outras contas a receber	-	55
Total	64.239	57.654
Apresentados no ativo:		
Circulante	48.529	31.462
Não Circulante	15.710	26.192

Contas a receber regulado (LER): representados por contas a receber LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

Não há saldos relevantes em atraso em, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	200	181	6.852	6.368
PIS/COFINS	-	1	39	39
IRPJ/CSLL diferidos	-	-	96	463
Adiantamento a fornecedores	-	-	43	43
Partes relacionadas (Nota 12)	12.484	13.460	975	393
Despesas a apropriar	-	-	1.955	1.811
Outros	-	-	11.914	-
Total	12.684	13.642	21.874	9.117
Apresentados no ativo:				
Circulante	521	579	21.792	8.668
Não Circulante	12.163	13.063	82	449

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura e operações de Mútuo à funcionários, conforme detalhado na Nota 12.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	PEA III	PEA IV	PEL I	PEL II	PEL V	PEC III	PECP I	PECP II	PED II	PED III	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23.073	91.019	55.420	47.452	52.642	46.202	40.295	52.705	41.732	35.907	486.447
Aumento de capital	384	922	845	922	768	845	845	615	538	539	7.223
Resultado de equivalência patrimonial	2.122	3.135	6.364	2.945	5.653	3.640	3.401	4.865	2.430	4.003	38.558
Dividendos	(504)	(745)	(1.511)	(683)	(1.343)	(750)	(808)	(1.155)	(577)	(950)	(9.026)
Redução de capital	(772)	(1.713)	(1.531)	(1.727)	(1.413)	(1.518)	(1.766)	(1.177)	(1.008)	(1.035)	(13.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	24.303	92.618	59.587	48.909	56.307	48.419	41.967	55.853	43.115	38.464	509.542

7.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	PEA III	PEA IV	PEL I	PEL II	PEL V	PEC III	PECP I	PECP II	PED II	PED III	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.724	93.265	55.653	48.314	49.618	47.613	39.038	53.005	40.320	35.723	485.273
Resultado de equivalência patrimonial	1.475	(94)	2.217	1.307	6.293	496	3.445	1.897	3.655	2.562	23.253
Redução de capital	(969)	(2.152)	(1.923)	(2.169)	(1.775)	(1.907)	(1.369)	(1.747)	(1.375)	(1.769)	(17.155)
Dividendos	(157)	-	(527)	-	(1.494)	-	(819)	(450)	(868)	(609)	(4.924)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	23.073	91.019	55.420	47.452	52.642	46.202	40.295	52.705	41.732	35.907	486.447

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

A composição e movimentação dos saldos consolidados é apresentada a seguir:

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.026.273	29.450	8.900	1.064.623
Adições	9.337	145	2.343	11.825
Depreciação	(46.551)	(1.321)	-	(47.872)
Baixas	-	-	(7.369)	(7.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	989.059	28.274	3.874	1.021.207

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.069.456	30.533	10.029	1.110.018
Adições	925	229	226	1.380
Depreciação	(44.108)	(1.312)	(1.355)	(46.775)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.026.273	29.450	8.900	1.064.623

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2021 são as seguintes:

UGC	Taxa de depreciação		
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros
UGC CEA II	4,70%	4,00%	16,90%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

9.1 Composição do saldo

	Controladora					
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Debêntures	16.049	15.723	154.296	141.155	170.345	156.878
	16.049	15.723	154.296	141.155	170.345	156.878
Custo de transação	(960)	(959)	(7.380)	(8.361)	(8.340)	(9.320)
Total	15.089	14.764	146.916	132.794	162.005	147.558

	Consolidado					
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
BNDDES	34.996	34.163	639.481	672.030	674.477	706.193
Debêntures	16.049	15.739	154.296	141.155	170.345	156.894
	51.045	49.902	793.777	813.185	844.822	863.087
Custo de transação	(960)	(959)	(7.380)	(8.361)	(8.340)	(9.320)
Total	50.085	48.943	786.397	804.824	836.482	853.767

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
					2021	2020
UGC CEA II	BNDDES	Junho/2034	mensal TJLP + 2,75%	Fiança bancária, conta reserva, cessão de direitos, alienação do ativo e ações	674.477	706.193
UGC CEA II	Debêntures	Junho/2030	semestral IPCA + 6,66%	Fiança bancária, conta reserva, compartilhamento de garantias BNDDES	170.345	156.894
					844.822	863.087

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2021 era de 10 anos e 7,43% a.a.

9.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	147.558	853.767
Pagamento de principal	(2.437)	(34.259)
Encargos financeiros pagos	(11.290)	(61.334)
Encargos financeiros provisionados	27.193	77.327
Amortização de custo de transação	981	981
Saldos em 31 de dezembro de 2021	162.005	836.482

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	146.022	882.602
Pagamento de principal	(6.320)	(35.851)
Encargos financeiros pagos	(10.892)	(64.612)
Encargos financeiros provisionados	17.195	70.075
Amortização de custo de transação	1.553	1.553
Saldos em 31 de dezembro de 2020	147.558	853.767

9.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2022	45.465	66.195	111.660
2023 a 2025	161.635	167.185	328.820
2026 a 2028	205.652	134.751	340.403
2029 a 2031	213.319	78.882	292.201
2032 a 2033	145.143	15.793	160.936
Após 2033	82.553	782	83.335
	853.767	463.588	1.317.355

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

9.4 Garantias

As garantias dos financiamentos das Controladas são as usuais a um *Project Finance*, incluindo (conforme descrito na Nota 9.1): contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia suas controladas, e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

9.5 Covenants financeiros

A Companhia Grupo está sujeito a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos *covenants*. O cálculo de atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	2021
Geração de caixa das atividades (a)	140.658
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	15.750
(+) resultado financeiro	84.927
(+) depreciações e amortizações	48.041
(-) IRPJ CSLL apurados	(8.059)
Serviço da dívida (b)	95.593
(+) amortização de principal	34.259
(+) pagamento de juros	61.334
ICSD auferido (a)/(b)	1,47

10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores O&M e serviços gerais	7	621
Compra de energia	5.994	237
Contas a pagar ACR	1.429	1.042
	7.430	1.900
Apresentados no passivo:		
Circulante	6.002	858
Não circulante	1.428	1.042

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Partes relacionadas (Nota 12)	40.527	38.778	8.083	7.543
Serviços	-	-	2.811	601
Provisões diversas	-	-	2.558	4.516
	40.527	38.778	13.452	12.660
Apresentados no passivo:				
Circulante	17.830	15.303	10.888	10.117
Não Circulante	22.697	23.475	2.564	2.543

12. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora indireta Omega e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Omega), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

12.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

12.1.1 Controladora

	2021						2020	
	Ativo			Passivo			Ativo	Passivo
	Dividendos a receber	Outros ativos	Outras obrigações	Dividendos a receber	Outros ativos	Outras obrigações		
Omega Geração - Corporativo	-	-	(9)	-	-	(9)		
UCG Assuruá	-	12.484	(40.518)	-	23	-		
UGC CEA II	16.772	-	-	7.745	13.437	(38.769)		
Total	16.772	12.484	(40.527)	7.745	13.460	(38.778)		

O saldo de outros créditos e outras obrigações com partes relacionadas do Consolidado perfaz o montante de R\$975 em 31 de dezembro de 2021 (R\$393 em 2020) e R\$8.083 (R\$7.543 em 2020), respectivamente.

12.2 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

13.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 343.193, representado por 343.193.048 ações ordinárias.

13.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia utilizou os lucros do período para absorção dos prejuízos acumulados.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Consolidado	
	2021	2020
	R\$	R\$
Vendas no ACR		
Excedente/ (déficit)	17.723	1.200
LER	186.401	172.677
Contabilização CCEE	-	3.507
Impostos	(7.927)	(6.915)
	196.197	170.469

15. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2021	2020
Compra de energia	(24)	(146)
Depreciação e amortização	(48.038)	(46.936)
O&M	(24.098)	(14.506)
Encargos regulatórios	(13.139)	(12.078)
Outros	(2.733)	(1.892)
	(88.032)	(75.558)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Consolidado	
	2021	2020
Despesas de pessoal	(7.774)	(6.080)
Serviços de consultoria e auditoria	(86)	(5)
Serviços de terceiros	(909)	(337)
Publicações e propaganda	(28)	(153)
Outras	(379)	(110)
	(9.176)	(6.685)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	1	2	3.015	1.614
Outras receitas	532	377	(31)	1
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(17)	(17)	(17)	(17)
	516	362	2.967	1.598
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(27.193)	(17.195)	(77.327)	(70.075)
Comissão sobre fiança	(1.359)	(2.451)	(8.238)	(10.810)
Custo de transação	(981)	(1.553)	(981)	(1.553)
Outras despesas	(1.842)	(1.141)	(1.348)	(982)
	(31.375)	(22.340)	(87.894)	(83.420)
Resultado financeiro líquido	(30.859)	(21.978)	(84.927)	(81.822)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	2021	2020	Categoria
Aplicações financeiras – Caixa restrito	36.066	32.955	A
Clientes	64.239	57.654	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	836.482	853.767	A
Fornecedores	7.430	1.900	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022



Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1